



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 / 2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 23ª Reunião Ordinária

Data: 05/11/2008, das 09:00 às 18:00h.

Local: Sala de reuniões da Subsecretaria de Planejamento da SPM (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Koatz – MCid
- Ana Lúcia Sabóia - IBGE
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Cecília Teixeira – Fórum organismos/estados
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elizabeth Marins – Ipea
- Fábiana Oliveira Martins de Souza – SPM
- Gláucia de Fátima Barban Morelli – CNDM
- Lara Gama de A. Cavalcanti – IBGE
- Leila Bezerra – Funai
- Leonor da Costa – MTE
- Lidiane Gonçalves – MS
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lourdes Leitão - Fórum organismos/estados
- Lúcia Helena Rincon Afonso – CNDM
- Lúcia Maria Rodrigues Mendes – Secom/PR
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Vasconcelos – OIT
- Maria de Fátima Kobielski – MTE
- Maria Márcia Leporace – SPM
- Mariana Bertol – SEDH
- Mônica Rodrigues – MDS
- Natália Fontoura – Ipea
- Nina Madsen – SPM
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – CNDM
- Rosa Maria Peres – MAPA
- Solange Ferrarezi – Fórum organismos/municípios
- Taís Cerqueira Silva – SPM
- Thereza de Lamare Franco Neto – MS
- Vera Lúcia de Oliveira – MAPA
- Verônica Freire Lima e Silva – MME

1. Informes Gerais

A coordenadora do Comitê iniciou a reunião relatando que a SPM tem recebido informações sobre as dificuldades de criação dos Comitês de Gênero nos órgãos, bem como denúncias de assédio moral e sexual por parte de servidores. Destacou que, muitas vezes, os Comitês são criados formalmente, mas não funcionam efetivamente. Ressaltou que existem dois canais vinculados à Secretaria que recebem denúncias, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 e a Ouvidoria da SPM, que poucas pessoas conhecem, apesar de serem instrumentos fundamentais no combate à violência contra a mulher. Lembrou também que alguns órgãos que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero têm implementado ações de combate ao assédio, como a sensibilização e a conscientização dos funcionários sobre o tema.

Em seguida, uma das representantes da SPM fez um informe sobre a Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres e pediu a colaboração de todas/os no sentido de colherem o máximo de assinaturas em seus órgãos, estados, municípios e redes, especialmente de autoridades.

A coordenadora do Comitê informou sobre a realização da Conferência de Direitos Humanos, nos dias 15 a 18/12, na qual estarão presentes cinco representantes da SPM. A representante da SEDH complementou dizendo que a Conferência estará estruturada em sete eixos temáticos, sendo que a questão de gênero será abordada de forma transversal em todos eles e haverá um eixo específico sobre violência. Destacou que o Prêmio Direitos Humanos 2008 tem uma categoria para Igualdade de Gênero, que pode receber inscrições de entidades e pessoas físicas, sendo que ainda não foram indicadas pessoas de grande atuação como a Maria da Penha. A premiação ocorrerá em dezembro. Por último, a coordenadora do Comitê solicitou que as/os integrantes do Comitê se articulassem para serem delegadas/os dos respectivos órgãos na Conferência.

A representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento comunicou que o I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo será realizado nos dias 19 a 21/11. O Fórum tem como objetivo identificar avanços e desafios do Programa de Gênero e Cooperativismo (Coopergênero) e, a partir das discussões do Fórum, serão definidas as ações para o próximo ano.

Uma das representantes dos organismos estaduais de políticas para as mulheres solicitou informações sobre os seguintes assuntos: 1) realização da reunião de trabalho ampliada entre SPM, MDS e Casa Civil referente aos CRAS/CREAS/Centros de Referência especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência; 2) publicação do II PNPM; e, 3) data da próxima reunião do Comitê, uma vez que a data agendada anteriormente (27/11) é complicada em função do período dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Quanto ao primeiro ponto, a coordenação do Comitê informou que a referida reunião foi realizada, mas que não foi efetiva em relação à definição de questões conceituais e ações necessárias ao enfrentamento da situação levantada pelos organismos de políticas para as mulheres. A representante do MDS destacou a necessidade de um aprofundamento conceitual para possibilitar a construção de diretrizes para orientar o funcionamento dos CRAS e CREAS. O encaminhamento da reunião foi de que as instituições produzissem material para subsidiar essa discussão, mas que não teve continuidade especialmente por conta do processo eleitoral. A coordenadora do Comitê comprometeu-se a encaminhar a memória da reunião para todas/os integrantes do Comitê e ressaltou que já houve um avanço, a partir destas reuniões, uma vez que há a possibilidade de uma ação mais coordenada entre SPM e MDS e de definição de um conceito mais ampliado de família, que possa compreender as especificidades das mulheres. Nesse sentido, enfatizou a importância de se dar continuidade a esta articulação para que se possa estabelecer ações mais efetivas como um documento com orientações específicas para os serviços, especialmente nas regiões onde a situação é um pouco tensa. Em relação à publicação do II PNPM, foi informado que o mesmo já se encontrava para impressão na gráfica e que a tiragem de 20 mil exemplares deveria estar pronta em dez dias. Já a data da próxima reunião foi alterada para o dia 10/12, conforme acordado entre as/os integrantes do Comitê presentes na reunião.

Foram repassados informes sobre a reunião no México que contou com a presença de representantes de institutos oficiais de estatísticas, instâncias governamentais e grupos de mulheres. Foram abordados dois pontos: a questão de gênero na rodada do Censo 2010 e a construção dos indicadores de gênero para o Observatório da Igualdade de Gênero da CEPAL. A representante do IBGE relatou que houve um processo de consulta ao governo e à sociedade civil em relação ao Censo de 2010 e destacou que os principais avanços dizem respeito à questão de raça incluída no questionário básico com dados importantes para uma série de análises. Informou ainda que teremos dados sobre mulheres indígenas em todos os municípios. Em seguida, a coordenadora do Comitê juntamente com uma das representantes da SPM fizeram uma exposição sobre a reunião restrita do Observatório da CEPAL, pautada pela discussão dos indicadores propostos para o Observatório. Os indicadores estão agrupados em três categorias que organizam o Observatório: autonomia das mulheres na tomada de decisões; autonomia econômica; e, autonomia física. Foi informado que a qualidade e a viabilidade de alguns indicadores propostos foram questionadas por quase todos os países presentes, mas que não houve muito espaço e oportunidade para mudanças.

Na sequência, uma das representantes da SPM comunicou a criação do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que é integrado pela SPM, o IBGE e o Ipea, além do Unifem e da OIT como convidados permanentes, e que a reunião de instalação seria realizada no dia seguinte. Ainda em relação à parceira da SPM com o IBGE, informou-se sobre a inclusão de um bloco sobre gestão da política de gênero no questionário de 2009 da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, que será financiado pela Secretaria.

Por fim, uma das representantes dos organismos estaduais de políticas para as mulheres destacou que ainda não foi possível avançar na construção de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e sua articulação com o II PNPM. A coordenadora do comitê informou que a SPM irá lançar um edital para contratação de consultoria para auxiliar na elaboração dos planos estaduais. Ressaltou que as estratégias de atuação do Comitê e da SPM nesse sentido deverão ser diferenciadas em função das especificidades de cada estado. Em seguida, uma das representantes do CNDM destacou que é necessário também garantir uma articulação das/os consultores contratadas/os com os movimentos de mulheres e os conselhos estaduais dos direitos da mulher.

2. Aprovação da memória da 22ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada com poucas ressalvas. A representante do Ministério do Trabalho solicitou substituir a palavra Comitê pela palavra Comissão no texto do 2º parágrafo do item 3 da memória.

Uma das representantes do IBGE solicitou a alteração do texto do 2º parágrafo do item 7 da memória, que passou a ter a seguinte redação: “A representante do IBGE destacou a importância de se trabalhar no Comitê diretrizes sob a perspectiva de gênero para as pesquisas domiciliares do Instituto. Ressaltou ainda a importância da articulação da SPM com o IBGE no sentido de se pensar uma pesquisa sobre violência contra a mulher. O Instituto tem se utilizado de metodologias alternativas (experiência de pesquisa-estudo) para estudar questões específicas. A representante do MME mencionou que não entendia porque o IBGE não conseguia incorporar a perspectiva de gênero nas pesquisas. A representante do Instituto explicou que, hoje, a maioria das pesquisas domiciliares tem objetivos específicos tais como mercado de trabalho e orçamento familiar. Ademais, o IBGE não conta com uma equipe específica para trabalhar a questão”.

3. Monitoramento das ações prioritárias

Neste ponto de pauta, foi apresentando a todo o Comitê o módulo de acompanhamento do PNPM no novo sistema da SPM (Simec), já com algumas adaptações realizadas pelo consultor contratado pela Secretaria. Em seguida, a SPM informou que apenas o Ministério de Minas e Energia havia encaminhado as informações solicitadas na última reunião, referentes ao monitoramento das ações prioritárias, e que, infelizmente o Comitê não pôde incidir na implementação das ações em 2008. A coordenadora do Comitê enfatizou que é imprescindível o compromisso e o retorno dos órgãos em relação às consultas e demandas do Comitê para que ele

possa desempenhar as suas atribuições de forma efetiva. Nesse sentido, ficou acordado o prazo de 30/11, para envio das informações relativas ao 1º momento de monitoramento das ações prioritárias, conforme listado abaixo:

- a) **Modo de execução:** informar a forma de implementação de cada ação, ou seja, se a ação é executada diretamente pelo órgão, indiretamente a partir da celebração de contratos e/ou convênios ou ainda por meio de repasse dos recursos aos estados e/ou municípios (descentralização).
- b) **Regionalização:** mencionar quais as regiões e/ou estados e/ou municípios que a ação abrange.
- c) **Previsão orçamentária:** assinalar os recursos previstos para cada ação em 2008, quando a desagregação for possível. É importante ressaltar que os recursos desagregados já recebidos pela SPM referem-se ao período de 2008-2011 e, portanto, a Secretaria não tem como saber os recursos relativos a 2008.
- d) **Categoria de despesa:** registrar, quando possível, se há despesas de capital, especialmente obras, e de custeio na execução de cada ação, informando a proporção de cada categoria.
- e) **Metas:** citar as metas físicas esperadas para 2008 em cada ação. Esta informação é importante para se dimensionar os resultados esperados.
- f) **Público-beneficiário:** informar o público-alvo que será beneficiado com cada ação prioritária.
- g) **Parceiros:** assinalar os parceiros envolvidos na implementação de cada ação em 2008 como, por exemplo, governos estaduais e municipais, entidades privadas, organizações não-governamentais, etc.
- h) **Indicadores:** fazer um levantamento de tudo aquilo que se tem em termos de indicadores na instituição em relação às ações prioritárias do órgão. Este levantamento servirá de subsídio para a construção dos indicadores do Plano, a ser feita em conjunto com consultoria contratada pela SPM.

Uma das representantes da SPM lembrou que, conforme definido no âmbito do Comitê, o monitoramento das ações prioritárias será realizado em 3 momentos, a saber: 1º) Envio de informações para conhecimento de cada ação prioritária; 2º) Envio de informações para monitoramento trimestral; 3º) Envio de informações para avaliação anual. Dessa forma, ficou acordado que a SPM irá apresentar uma proposta de metodologia de monitoramento das ações prioritárias para ser discutida e aprovada na próxima reunião, mas destacou-se que é fundamental que o envio das informações relativas às ações prioritárias de 2009 pelos órgãos seja tempestivo para que a situação de 2008 não se repita.

Uma das representantes dos organismos municipais de políticas para mulheres indagou sobre o procedimento que seria adotado em relação aos ministérios e secretarias especiais que não encaminhassem as informações solicitadas. A coordenadora do Comitê ressaltou que a SPM não tem como obrigar os órgãos a cumprirem o que foi estabelecido e acordado, mas que conta com o compromisso institucional das/os representantes designadas/os pelos órgãos, embora saiba que há dificuldades de articulação interna em várias instituições. Além disso, foi destacado que a possibilidade de consulta, pela sociedade civil, dos resultados do PNPM no Simec permitirá um maior controle e uma maior pressão, para que as informações de todos os órgãos envolvidos na implementação do Plano sejam preenchidas no sistema.

Finalmente, a representante do MME questionou se o Simec não poderia ser integrado ao Siconv, novo sistema de convênios do governo federal, de modo a possibilitar uma maior transparência das ações dos órgãos que estão sendo executadas por meio de convênios. O consultor esclareceu que a integração entre os dois sistemas, apesar de fundamental, ainda não é possível, pois o Siconv está em fase de implantação, e uma das representantes da SPM lembrou que ele é um sistema limitado para a abrangência do PNPM, já que não traz informações sobre todas as ações implementadas pelos órgãos, apenas daquelas executadas por meio da celebração de convênios.

4. Documento de avaliação do I PNPM

Em relação ao documento de avaliação dos três anos de implementação do I PNPM, foi destacado que o prazo dado para que ministérios e secretarias enviassem suas contribuições se expirou no dia 12/09 e que, até a presente data, a SPM havia recebido apenas as contribuições do MS, MDS, MCid, MEC, MDA e Funai.

As representantes da SPM então fizeram uma apresentação da primeira proposta para o documento, mas informaram que ela não poderia ser distribuída porque ainda não estava totalmente fechada. Lembrou também que as representantes do MTE haviam comunicado que não poderiam enviar as informações, já que não estavam na gestão do ministério durante a implementação do I Plano. A representante da OIT então se colocou à disposição da SPM para ajudar na elaboração do texto dos resultados do capítulo do trabalho e da capacitação de gestores, tendo em vista que a OIT foi parceira do MTE em diversas ações. Uma das representantes da SPM ressaltou que seria importante abordar o papel dos conselhos no monitoramento do Plano (capítulo de gestão e monitoramento) e não apenas na parte do documento que trata da relação entre Estado e sociedade.

Por último, acordou-se o prazo de 30/11 para envio das informações por parte daqueles órgãos que ainda não haviam encaminhado e que as eventuais dúvidas em relação aos textos serão enviadas por email para cada órgão.

5. Apresentação do Observatório Nacional da Igualdade de Gênero

A coordenadora do Comitê iniciou o próximo ponto de pauta apresentando a consultora contratada pela SPM para coordenar a implantação e implementação do Observatório Nacional da Igualdade de Gênero. Em seguida, iniciou-se a apresentação do projeto do Observatório, na qual foram destacados os seguintes pontos:

- ❖ Antecedentes: foi informado que a idéia de criação do Observatório foi impulsionada pela experiência do Observatório Regional de Gênero para a América Latina e o Caribe da CEPAL e a sua proposta foi construída a partir dos subsídios de uma pesquisa sobre experiências de outros observatórios;
- ❖ Missão, objetivos, características gerais e organograma;
- ❖ Estrutura de funcionamento;
- ❖ Organização do conteúdo;
- ❖ Áreas temáticas e metodologia;
- ❖ Parcerias e produtos;
- ❖ Orçamento e estratégias de financiamento.

Várias contribuições foram feitas pelas/os integrantes do Comitê, a saber: 1) considerar na estrutura do Observatório estratégia para o monitoramento de políticas nos estados e municípios; 2) na área temática relativa à saúde, contemplar a saúde integral da mulher; 3) como o foco do primeiro ano (2009) será “Poder e decisão”, é importante tratar de alguma forma a relação entre trabalho e família.

A representante do Ipea registrou que o instituto tem total interesse em ser parceira do Observatório no grupo de trabalho sobre indicadores. A representante da OIT destacou que o organismo também tem interesse em apoiar as discussões do Observatório na área de políticas públicas e que há uma preocupação com o tratamento da perspectiva de gênero e raça em relação aos indicadores de trabalho decente. Informou que existem ações específicas voltadas para esse tema e que será realizada, em 2009, a Conferência Internacional do Trabalho, na qual um dos temas a ser discutido será a igualdade de gênero, a partir do debate do trabalho decente. A idéia é focar a discussão no equilíbrio entre trabalho e família.

Finalmente, uma das representantes da SPM destacou que, na próxima reunião, o Comitê deverá escolher a representante governamental que irá integrar o grupo de trabalho de políticas públicas do Observatório, uma vez que as representantes da sociedade civil e dos organismos de políticas para as mulheres dos executivos estaduais e municipais serão definidas nas próximas reuniões do CNDM e do Fórum de Organismos.

6. Apresentação da Síntese de Indicadores Sociais da PNAD

Uma das representantes do IBGE fez uma apresentação sobre a Síntese de Indicadores Sociais da PNAD – Uma análise das condições de vida da população brasileira, na qual foram abordados os seguintes pontos:

- ❖ Objetivos da Síntese de Indicadores;
- ❖ Aspectos demográficos;
- ❖ Comparações internacionais;
- ❖ Educação;
- ❖ Domicílios;
- ❖ Família;
- ❖ Casamentos, separações e divórcios;
- ❖ Crianças, adolescentes e jovens;
- ❖ Idosos;
- ❖ Mulheres;
- ❖ Cor ou raça.

7. Próxima reunião

A coordenação do Comitê informou que, conforme acordado na reunião, a próxima reunião seria então adiada para o dia 10/12, em função das atividades do período dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.